

Painel

RENATA LO PRETE painel@uol.com.br

Fazer o quê?

Na tentativa de amenizar a revolta de Nelson Jobim (Defesa) e dos comandantes militares com o Programa Nacional de Direitos Humanos do ministro Paulo Vannuchi, Lula tem procurado convencê-los de que o texto polêmico é, na verdade, fruto de conferência realizada sobre o tema, e não uma decisão de governo.

No lançamento do programa, em 21 de dezembro, o presidente já havia feito um esforço para acalmar os descontentes, sugerindo que nem tudo o que está escrito será mantido. Em seu discurso, disse que "vamos tentar trabalhar outra vez, transformar em projeto de lei aquilo que for projeto de lei, mandar para o Congresso debater".

Detalhes. Ainda no discurso, revelador da linha tênue em que caminhava naquele dia, Lula observou que "não é fácil fazer um documento como este", pois "os interesses pelas palavras são enormes" e "as vírgulas ganham dimensão extraordinária".

Prorrogação. Quem conhece o presidente diz que esse não é um dos que temas que mais o mobilizam. O que explica, em parte, o fato de ele só ter entrado na história com a polêmica já instaurada.

Controle aéreo. FAB e Itamaraty se escaionaram sobre o envio de aeronave para resgatar brasileiros no Suriname. A FAB queria levar jornalistas no voo. Mas o secretário-geral e chanceler interno, Antonio Patriota, vetou.

Forcinha. Jaques Wagner (PT) preparou uma lista para mostrar a Lula, tão logo ele chegou de folga à Bahia, com empresas que poderiam investir no Estado e gerariam empregos em ano eleitoral.

Na tela. A Secretaria de Comunicação do Planalto abriu concurso para seleção de projetos voltados à produção de séries de TV que abordem a temática: "histórias de um Brasil que dá certo".



Carteirinha. O senador Tasso Viana conseguiu uma sessão vip da cinebiografia de Lula, com estreia prevista para amanhã, num cinema do Acre, somente para filiados ao diretório local do PT.

Tiroteio

Isso só confirma o que eles proclamam: o Exército é o mesmo. Parece que não mudou nada com a redemocratização.

De **CRIMÉIA ALICE DE ALMEIDA**, integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, sobre a pressão de militares para que Lula reveja trechos do terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos.

Contraponto

Corpo a corpo

Pré-candidato ao governo gaúcho, Tarso Genro (Justiça) se reuniu com Lula no Palácio da Alvorada, ontem, para discutir o lançamento do programa Bolsa Olímpica. Ao sair, mandou que passasse o carro e perguntou na portaria: "Onde estão os jornalistas?"

Os assessores informaram o ministro que só havia fotografias e cinegrafistas, para quem ele improvisou uma entrevista. Mas, para que Tarso não perdesse a viagem, um assistente sugeriu:

—Tem uns turistas ali que gostariam de dar uma palatinha com o senhor...

O ministro aceitou a ideia na hora.



Dilma Rousseff

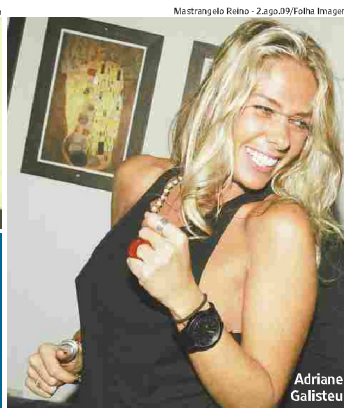


José Roberto Arruda

VOCÊ LEMBRA COMO FOI 2009?

Responda a quiz com fatos marcantes do ano

Pág. A6



Adriane Galisteu

Lula tenta amenizar crise e frustra comando militar

Presidente adia definição sobre comissão para investigar crimes durante a ditadura

Roberto Stuckert/Filho/Agência O Globo

Tarso Genro afirma que não há 'controvérsia insanável' dentro do governo apesar da reação das Forças Armadas a plano de direitos humanos

MARTA SALOMON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
ELIANE CANTANHÊDE
COLUNISTA DA FOLHA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu ganhar tempo e investir num discurso conciliador e contra "revanchismos" para administrar a tensão entre os militares e a ala do governo mais afinada com as famílias de mortos e desaparecidos durante a ditadura militar.

Lula saiu em férias ontem, e uma definição sobre o terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, foco da crise, só será anunciada a partir de abril. Os militares, que aguardavam um rascunho concreto do governo em relação aos termos do plano, ficaram frustrados. Achem que Lula "empurra com a barriga".

Abril é o prazo que uma comissão do governo tem para elaborar projeto de lei da Comissão Nacional da Verdade — prevista no Plano de Direitos Humanos — para examinar violações de direitos humanos "praticadas no contexto da repressão política", um dos itens de irritação na área militar.

Outros são a identificação de locais públicos que serviram à repressão e a revogação da Lei da Anistia — além da proposta de cassar os nomes de presidentes militares de pontes, rodovias e prédios públicos. A comissão terá representantes dos ministérios da Justiça, da Defesa, da Casa Civil e da Secretaria de Direitos Humanos.

Ontem, as autoridades envolvidas no conflito baixaram o tom das críticas. O secretário de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, entrou em férias e



O ministro Tarso Genro dá entrevista após se reunir com Lula

PONTOS DE DISCÓRDIA

Militares consideram plano "revanchista"

O que pretende o plano	O que dizem os militares
1 >> Criar a Comissão da Verdade, para investigar crimes na ditadura	>> Crimes cometidos pela guerrilha também devem ser investigados
2 >> Discutir a revogação de leis contrárias à garantia dos Direitos Humanos	>> Veem brecha para uma revisão geral da Lei da Anistia (1979)
3 >> Identificar e sinalizar locais públicos que serviram à repressão	>> Pode haver depredação ou até a invasão de instalações militares

avisou que não comentaria o caso, e o ministro Tarso Genro (Justiça) insistiu em que a palavra final caberia ao presidente. "Não há nenhum pedido de demissão e nenhuma controvérsia insanável entre Defesa e

Secretaria de Direitos Humanos. Isso [o presidente] vai resolver com a sua capacidade de mediação após as férias", disse Tarso, após reunião com Lula.

Também o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e os coman-

dantes de Exército, Marinha e Aeronáutica se recusaram a falar. A promessa de Lula, levada a eles por Jobim, é de que a tensão será contornada e que o governo não tem nenhum interesse em provocar os militares e criá-los constrangimentos.

Jobim e os comandantes julgam que o plano ignorou todas as sugestões das Forças Armadas e ficou "desequilibrado", pois cobra responsabilidades dos militares, mas não dos seus adversários, "que assaltaram, mataram e sequestraram". Citam até ministros de Lula.

Interlocutores de Lula lembraram ontem que o tom conciliador foi dado pelo presidente desde o anúncio do plano, na segunda-feira antes do Natal. Na ocasião, Lula afirmou que o documento seria "digerido" — ou seja, que havia brechas para novos debates. No discurso, o presidente exaltou a experiência de integrantes do governo que lutaram contra a ditadura, como os ministros Dilma Rousseff (Casa Civil), Franklin Martins (Comunicação Social), Tarso Vannuchi.

Segundo Lula, Dilma teria comentado, ao passar pelo Comando do 2º Exército (SE), onde esteve presa, que não sentia mais raiva: "Se alguém prendeu a Dilma, se alguém torturou a Dilma achando que tinha acabado a luta da Dilma, ela é uma possível candidata a presidente da República", declarou.

A tensão entre militares e a área de Direitos Humanos não é novidade no governo Lula. Em 2007, foram duras as críticas de militares ao livro "Direito à Memória e à Verdade". Mais complicada foi a reação dos militares ao debate defendido pelo Ministério da Justiça sobre limites da impunidade a torturadores. Uma nova interpretação da Lei de Anistia rachou o governo. Como agora, Lula investiu na conciliação.

Presidente deve arbitrar discordância, diz Vannuchi

ANA FLOR
DA REPORTAGEM LOCAL

Emperrada pela divergência entre o Ministério da Defesa e de Direitos Humanos, a proposta de criação de uma Comissão da Verdade, divulgada na última semana, passou por um longo debate e só saiu com o arbitrio do presidente Lula.

Em entrevista à **Folha**, concedida no dia 22 — o mesmo em que o ministro Nelson Jobim (Defesa) e os comandantes das Forças Armadas procuraram Lula para protestar —, o ministro Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) citou os pontos de discordância e disse que sua pasta precisou abrir mão de pontos de vista: "A redação não é a que eu faria se pudesse decidir sozinho". Leia os principais trechos da entrevista.

★ **FOLHA.** Na negociação, no governo, da criação da Comissão da Verdade, sua pasta abriu mão de posições, como ter de concordar com o envio do texto ao Congresso?
PAULO VANNUCHI. Não é verdade que eu não queria que a Comissão da Verdade passasse por projeto de lei. Para mim é indispensável que seja um projeto de lei. Eu concordo que um programa desses [a terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos] sempre envolve composição. Eu cheguei a dizer "olha, a redação não é a que eu faria se pudesse decidir sozinho". [O texto] evidentemente terá pontos de discordância de outros ministros. Na ação de governo é isso, o presidente equilibra e arbitra.

FOLHA. Há polêmica dentro do governo sobre o que fazer com os resultados da Comissão da Verdade, se deve-se levar pessoas à Justiça?

PAULO VANNUCHI. Não é verdade que eu não queria que a Comissão da Verdade passasse por projeto de lei. Para mim é indispensável que seja um projeto de lei. Eu concordo que um programa desses [a terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos] sempre envolve composição. Eu cheguei a dizer "olha, a redação não é a que eu faria se pudesse decidir sozinho". [O texto] evidentemente terá pontos de discordância de outros ministros. Na ação de governo é isso, o presidente equilibra e arbitra.

FOLHA. Há polêmica dentro do governo sobre o que fazer com os resultados da Comissão da Verdade, se deve-se levar pessoas à Justiça?

PAULO VANNUCHI. Não é verdade que eu não queria que a Comissão da Verdade passasse por projeto de lei. Para mim é indispensável que seja um projeto de lei. Eu concordo que um programa desses [a terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos] sempre envolve composição. Eu cheguei a dizer "olha, a redação não é a que eu faria se pudesse decidir sozinho". [O texto] evidentemente terá pontos de discordância de outros ministros. Na ação de governo é isso, o presidente equilibra e arbitra.

FOLHA. Há polêmica dentro do governo sobre o que fazer com os resultados da Comissão da Verdade, se deve-se levar pessoas à Justiça?

PAULO VANNUCHI. Não é verdade que eu não queria que a Comissão da Verdade passasse por projeto de lei. Para mim é indispensável que seja um projeto de lei. Eu concordo que um programa desses [a terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos] sempre envolve composição. Eu cheguei a dizer "olha, a redação não é a que eu faria se pudesse decidir sozinho". [O texto] evidentemente terá pontos de discordância de outros ministros. Na ação de governo é isso, o presidente equilibra e arbitra.

PAULO VANNUCHI. Não é verdade que eu não queria que a Comissão da Verdade passasse por projeto de lei. Para mim é indispensável que seja um projeto de lei. Eu concordo que um programa desses [a terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos] sempre envolve composição. Eu cheguei a dizer "olha, a redação não é a que eu faria se pudesse decidir sozinho". [O texto] evidentemente terá pontos de discordância de outros ministros. Na ação de governo é isso, o presidente equilibra e arbitra.

PAULO VANNUCHI. Não é verdade que eu não queria que a Comissão da Verdade passasse por projeto de lei. Para mim é indispensável que seja um projeto de lei. Eu concordo que um programa desses [a terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos] sempre envolve composição. Eu cheguei a dizer "olha, a redação não é a que eu faria se pudesse decidir sozinho". [O texto] evidentemente terá pontos de discordância de outros ministros. Na ação de governo é isso, o presidente equilibra e arbitra.

VANNUCHI. O Judiciário examinar os casos que saírem da comissão é um objetivo, entre vários. Os outros são o resgate da memória, da verdade. Divulgação para as novas gerações conhecerem o que aconteceu, para que o país solidamente esteja prevenido contra qualquer risco de reedição.

FOLHA. As buscas no Araguaia evidenciaram diferenças entre sua área e o Ministério da Defesa.

VANNUCHI. Houve uma primeira distância, mas acabou havendo uma decisão também presidencial de entendimento. O problema de origem que existia, e permanece, é que eles não obtêm informações direta-

mente de oficiais que comandaram aquela operação anti-guerrilha, que estão vivos, que podem ser localizados, que deveriam se convencer a falar pelo bem do Brasil.

FOLHA. Qual sua posição pessoal sobre o que deveria ocorrer com agentes do Estado responsáveis por violações durante a ditadura?

VANNUCHI. Minha opinião pessoal é que eles devem ser processados, que haja processamento judicial, que sejam condenados. Por exemplo, o coronel [reformado do Exército Carlos Brilhante] Ustra foi condenado em primeira instância da Justiça Civil. Ele é declarado torturador, seu nome fica registrado numa sentença judicial como torturador, responsável pela morte sob tortura de tal pessoa. Para mim, isso quebra o maior problema — a impunidade. Se o Judiciário considerar que essa pessoa tem de ir para a cadeia também, eu confesso que não vou protestar. Mas meu empenho não é esse. É preciso criar o maior consenso possível.



Estou junto com as famílias [dos desaparecidos] na exigência de que haja processamento, embora tenha diferenças de enfoque. [Mas] Não acho que cada torturador tenha que apodrecer na cadeia

PAULO VANNUCHI
ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.